

Empregos de sinais diacríticos em manuscritos dos séculos XVII e XIX: entre os pensares linguísticos e as práticas sociais

(Empleos de signos diacríticos en manuscritos del siglo XVII y XIX: entre los pensamientos lingüísticos y las prácticas sociales)

Helena de Oliveira Belleza Negro

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

helena.oliveira@usp.br

Resumen: El trabajo pondrá de manifiesto el empleo de los diacríticos en los documentos jurídicos de los siglos XVII y XIX, que pertenecen al Archivo Público de São Paulo. Haremos un análisis de la escritura, de los autores, la estructura de los procesos y presentaremos hipótesis para el uso de ciertos acentos en las distintas épocas.

Palabras clave: Filología; Lingüística histórica, historia social

Resumo: O trabalho apontará o emprego dos diacríticos nos documentos jurídicos dos séculos XVII e XIX, que pertencem ao Arquivo Público de São Paulo. Faremos uma análise da escrita, dos autores, da estrutura dos processos e apresentaremos hipóteses para o uso de certos acentos nas diferentes épocas.

Palavras-chave: filologia; linguística histórica; história social.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar o uso dos sinais diacríticos agudo e circunflexo em processos criminais.

O *corpus* pesquisado pertence ao Arquivo do Estado de São Paulo e é composto por autos de devassa e inquéritos policiais, compostos por assassinatos, furtos e fuga de presos. Os processos são procedentes dos séculos XVII e XIX, foco de nossa análise.

Apresentaremos um breve histórico dos punhos responsáveis por sua escrita. Escrivães e tabeliães eram os autores dos manuscritos jurídicos e a interferência do juiz dava-se quando da conclusão das devassas. Os fac-símiles foram compostos, em alguns casos, por mais de um punho, o que explica as diferentes grafias em um mesmo processo. A análise paleográfica dessa documentação será o enfoque da primeira parte de nossa exposição, que verificará como eram registradas as informações. A partir disso, traçaremos os perfis dos processos de escrita da época, ao verificarmos os parâmetros em que se baseavam os tabeliães e escreventes para a redação de seus textos.

Em seguida, levantaremos hipóteses de ordem fonético-fonológica sobre os usos dos sinais diacríticos encontrados nessa documentação, que permitirão analisar suas aplicações. Exemplos dessas ocorrências se dão em <huâ>, presente em manuscrito de 1695, mas não repetidas em documentos posteriores como em <huá> (1800), <húa> (1833) e <huma> (1800).

Finalmente, traçaremos, sob uma perspectiva sócio-histórica, a relação dos usos ao contexto linguístico da época. Para tanto, buscaremos em gramáticos dos séculos XVI, XVIII e XIX as definições e aplicações desses diacríticos e a possível relação com as formas escritas. Diante disso, consultamos Fernão de Oliveira (1536), na *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*; Duarte Nunes do Leão (1576), em *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*; Bernardo e Lima Mello Bacellar (1783), na *Grammatica philosophica da lingua portuguesa*; Verney (1746), no *Verdadeiro método de estudar*; Jeronimo Soares Barbosa (1862), na *Grammatica philosophica da língua portugueza ou princípios da grammatlca geral applicados á nossa linguagem*; e Julio Ribeiro (1881), na *Grammatica portugueza*.

Análise paleográfica e comparativa

Realizaremos análise paleográfica com a finalidade de dirimir possíveis dúvidas quanto ao diacrítico apostado sobre as vogais.

Todos os documentos foram escritos em letra cursiva, com escrita encadeada. Hastes e caudas permeiam todos os processos e as abreviaturas foram encontradas em todas as formas, no entanto, não serão o foco dessa análise.

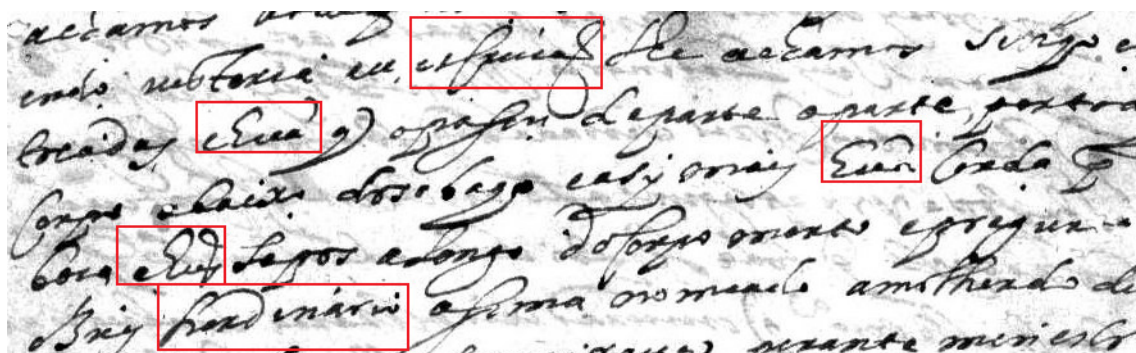
Para melhor compreensão, apresentaremos as escritas de cada tabelião com os respectivos trechos. Cada excerto trará exemplos dos diacríticos para a visualização dos traçados utilizados. Posteriormente, analisaremos o vocábulo que possui o diacrítico e as diferentes situações em que foram encontrados.

Identificaremos os documentos de acordo com a ordem cronológica e nomearemos os respectivos punhos. Entende-se por punho as escritas diferentes que se apresentarão, identificadas pelo traçado das respectivas grafias. Esse procedimento se dará porque o documento 01 possui apenas um punho. Já o documento B possui a escrita de dois punhos diferentes e, por isso, nomeamos como B e C. Ressalta-se que grande parte dos manuscritos é composta por um punho.

Quadro 1. Classificação dos documentos por ordem cronológica e punhos

Documentos	Ano	Punho
Documento 01	1695	Punho A
Documento 02	1800	Punhos B e C
Documento 03	1833	Punho D

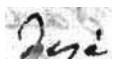
A Figura 1 apresentará cinco ocorrências em que os diacríticos til, circunflexo e agudo compõem palavras do excerto e, a partir da comparação com os mesmos termos em outras partes do documento, realizaremos algumas considerações. Descartamos o til como possível diacrítico sobre a vogal alta [u] em <hua>, linha 17, devido à diferença do traçado do acento sobre outra vogal – [o] – presente em <escrivaõ>, linha 16 e em <hũ>, linha 19. No entanto, o documento não traz nenhum caso em que exista nasalidade sobre [a] tônico em final de palavra, para que pudéssemos, efetivamente, descartar todas as possibilidades de que o diacrítico apostado sobre as tônicas finais em <Irma> e <hua> fosse o til, mas o circunflexo, como presumimos, devido à semelhança.



achamos ao defunto Amaro Pires mos faz
 endo restaria eu **escrivãõ** lhe achamos sinço es
 tocadas **ehuã** que opasou departe aparte, portodo
 Corpo abaixo dosobaço easy mais huã corda pela
 boca **ehõ** lapis aLongo doCorpo morto epreguntado
 oluiz **hordinário** asima nomeado amolherdo dito

Figura 1. Transcrição – Punho A, ano de 1695, 1r, linhas 15 a 20

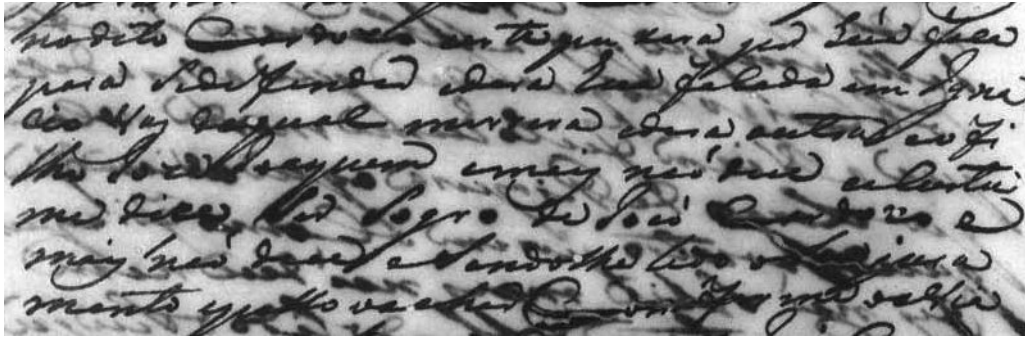
Já o termo <hordinário>, linha 20, figura 01, não traz nenhum tipo de similaridade com os outros diacríticos. O diacrítico apostado sobre [a] assemelha-se ao agudo e, por tal motivo, excluímos a possibilidade de que o acento apostado sobre <huã> e o existente em <hordinário> sejam o mesmo.

Ratificamos essa afirmação observando outra ocorrência semelhante em  <dirã>, 4v, linha 09, cujo [a] tônico em final de sílaba recebeu o agudo como marca de tonicidade.

Quanto à nasal, concluímos que o til foi utilizado nos ditongos presentes em final de palavra, terminados com o *glide* [aw]. A variante [hũ] também recebeu o til, em detrimento da consoante nasal ao fim da palavra. Diante disso, consideramos ser da mesma natureza os diacríticos presentes em <Irmã> e <huã>. O Quadro 2 demonstrará as ocorrências do vocábulo <huã> e suas variações, bem como a relação do traçado do escriba com o uso do diacrítico.

Em análise ao traçado, verifica-se que as letras possuem o mesmo traço e as mesmas caudas e hastes em todos os vocábulos relacionados.

No trecho seguinte, é possível analisar as palavras citadas nos quadros 2 e 3, contextualizadas em partes dos processos. Nelas surgem outras ocorrências com os respectivos esses diacríticos:

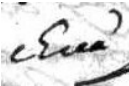


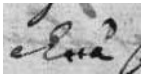


nodito Cardozo [ilegível] dera por huá faca
 para Sidedender edera **huá** facada em Igna
 cio Vaz doqual murrera edera outra ao fi
 lho Joze Joaquim emais **naó** dice aoCostu
 me diçe Ser sogro de **Joao** Cardozo e
 mais **naó** dice eSendolhe lido oaSignou jura
 mento epello oachar Comforme oavia

Figura 2. Transcrição – Documento 02, punho B, ano de 1800, 10r, linhas 18 a 24





Analisando o traçado do punho B, percebe-se que o diacrítico aposto sobre <naó>, linha 21 e <Joao>, linha 22, é muito semelhante ao aposto sobre <huá>, linha 18, ou seja, ambas construções têm a mesma representação.

Quadro 2: Vocábulos do documento 01, punho A, ano 1695

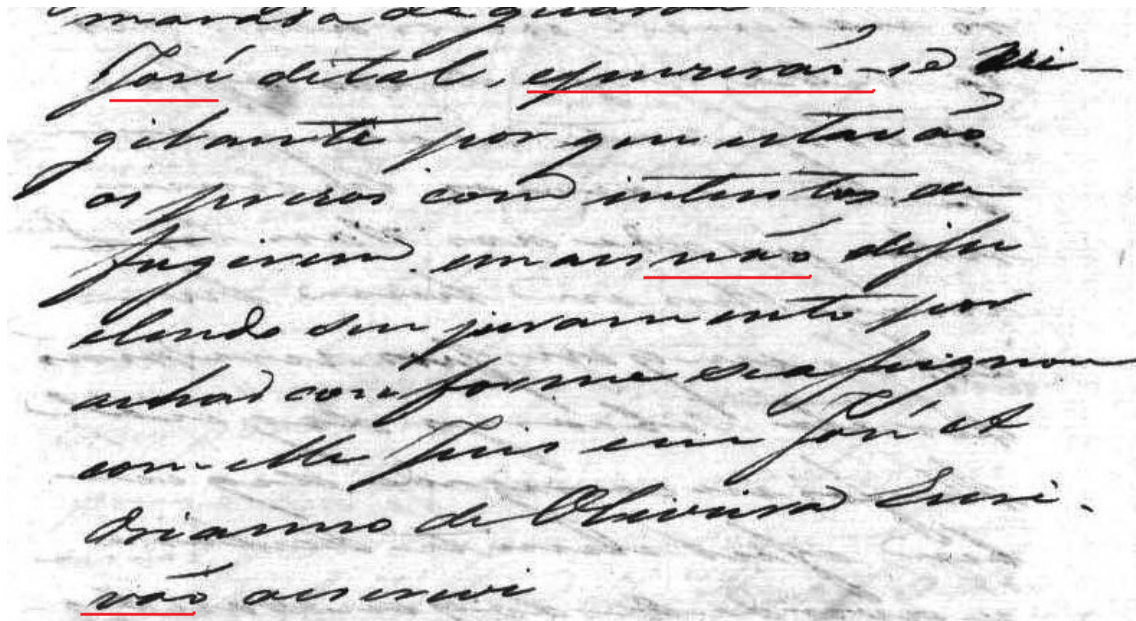
Vocábulo	Trecho do documento	Imagem do fac-símile	Localização
huâ	estocadas ehuâ que opasou departe aparte, portodo		Linhas 17 e 18, 1r
huâ Irmâ	a huâ Irmâ sua que elletinha culpa que odefunto		linha 22, 1v
huâIrmâ	pois da Resorreisaõ diga a huâIrmâ deJosephRoiz por		linha 21, 2r
huâ	to napraIa consinquo estocadas ehuâ corda amarrada pella		linha 9, 5v

No documento 02, elaborado pelos punhos B e C, encontramos o agudo aposto sobre a vogal baixa [a], como em <huá>, e o vocábulo <huma> com a consoante [m] intervocálica. As diferentes ocorrências deram-se pela mudança dos punhos na elaboração do documento.

Quadro 3. Vocábulos do documento 02, punhos B e C, ano 1800

Punho	Vocábulo	Trecho do documento	Imagem do fac-símile	Localização
punho B	Huá	nodito Cardozo [ilegível] dera por huá faca		linha 18, 10r
punho B	Huá	emcaza deMiguel Leme de huá/ facada		linha 39, 10r
punho C	Huma	bor doadas eque este puxara por huma		linha 37, 2r
punho C	Huma	deposto oaSignavaComhumaCruz		linha 09, 2v

No documento 03, o punho D emprega o mesmo diacrítico sobre a vogal [a], como fez o escriba B, no documento 02.





José detal, epuzerão-se vigilante por que estavam os presos com intuito ea fugirem emais não disse etendo seu juramento por achar conforme seaSignou com elle Juis eu Jozé Adrianno deOliveira Escrivão oescrevi

Figura 3. Transcrição – Punho D, ano de 1833, 1v, linhas 18 a 24

A Figura 3 apresenta esse traçado, que traz uma diferenciação entre os traçados do til e do agudo. O diacrítico aposto sobre o vocábulo <José> é diferente do empregado sobre os vocábulos <estavão> e <não>. Dessa maneira, podemos inferir que o diacrítico aposto sobre <húa> (linhas 23 e 32, Quadro 4) é agudo e muito semelhante ao utilizado em <José>.

Quadro 4. Vocábulo do documento 03, punho D, 1833

Vocábulo	Trecho do documento	Imagem do fac-símile	Localização
Húa	guar/da na cadeira em húa/noite		linha 23, 1v
Húa	com elle Juis com húa cruz		linha 32, 2r

Diante desses levantamentos e comparações, seguiremos a análise dos dados verificando o contexto social e histórico em que foram elaborados os documentos. Os meios e modos como eram feitos são informações importantes para traçar o perfil dos autores, bem como a forma de escrita. Fórmulas e conceitos pré-concebidos, além da transmissão de relatos orais, transmitem aspectos específicos sobre a língua os quais serão abordados adiante.

A escrita e seus autores

Os fac-símiles são processos criminais e autos de devassa elaborados entre os séculos XVII e XIX. A Figura 1 apresenta as características do punho A, do século XVII, enquanto as figuras 2 e 3 apontam-nos as características dos escribas do século XIX.

Todos os documentos apresentados foram transcritos por escrivães e tabeliães, responsáveis pela elaboração dos processos. Esses funcionários transcreviam, em grande parte, um relato oral, respeitando fórmulas pré-estabelecidas para os documentos oficiais.

No século XVII, a estrutura judicial e a magistratura no Brasil passaram por grandes reformas. Até meados do século XVI, “um analfabeto distribuía numerosas sentenças em total desacordo com os princípios legais” (MALHEIRO DIAS, 1924¹ apud SCHWARTZ, 2011, p. 46). No entanto, essa distância estrutural em relação a Portugal alterou-se a partir de 1580, com a ascensão de Filipe II a rei desse país. A estrutura jurídica ganhou reforço e os altos cargos jurisdicionais passaram a ser atribuídos a burocratas formados, ou seja, homens com formação universitária. No entanto, além da magistratura, havia uma série de cargos inferiores, como tabeliães, amanuenses, tesoureiros e inspetores. Esses cargos eram considerados os mais distantes na subordinação ao governo geral e, por isso, menos requisitados. Diante disso, “os letrados recusavam-se a servir como tabeliães, de modo que esses empregos eram dados a homens de instrução não mais do que rudimentar” (SCHWARTZ, 2011, p. 77).

Nessa época, o Brasil seguia o previsto nas Ordenações Filipinas, tanto para as questões civis como para as criminais. O regimento foi substituído pelo Código do Processo Criminal Brasileiro em 1832. Apesar da pouca exigência quanto ao letramento, todos os escribas apresentaram uma escrita encadeada, em concordância com os padrões estabelecidos para as épocas.

Embora elaborados em épocas distintas, a função do tabelião ou escrivão na feitura desses documentos era promulgada nas Ordenações e mantém-se no Código Criminal, ainda que a prática e a teoria fossem diferentes. As Ordenações Filipinas, Livro I, Título 78, Dos Tabelliães das Notas, traz as atividades relativas à função de tabelião, que era a de

¹ MALHEIRO DIAS, Carlos. *História da colonização portuguesa no Brasil*. v. 3. Lisboa: Oporto, 1924. p. 267.

um “empregado publico encarregado de lavrar os contractos entre particulares, e diferentes actos judiciaes, á que por utilidade publica a lei presta fé e considera sua interferência como prova de taes actos”.

A escrita dos tabeliães e escrivães baseava-se nas fórmulas e regramentos estabelecidos pelas Ordenações e mantidos no Código Penal; por isso, todos os documentos são compostos por fórmulas. Identificamos a manutenção da tradição e das estruturas de escrita ao consultar as Ordenações Filipinas, Livro I, Título 86, dos Enqueredores, que menciona:

Os enqueredores devem ser bem entendidos e diligentes em seus Officios, em modo que saibam perguntar e inquirir as testemunhas por aquilo, para que forem offerecidas. E antes que a testemunha seja perguntada, lhe será dado juramento dos Santos Evangelhos, quem que porá a mão, que bem e verdadeiramente diga a verdade do que souber, acerca do que foi perguntado. (ALMEIDA, 1870, p. 203)

O Código do Processo Criminal, documento oficial que substituiu as Ordenações Filipinas no Brasil Império, passou a oficializar os procedimentos de escrita dos processos lavrados no Brasil. Em seu Capítulo VII, da Acareação, Confrontação e Interrogatório, o documento afirma:

Art. 98. O Juiz mandará ler ao réo todas as peças comprobatorias do seu crime, e lhe fará o interrogatorio pela maneira seguinte:

§ 1º Qual o seu nome, naturalidade, residencia, e tempo della no lugar designado?

§ 2º Quaes os seus meios de vida, e profissão?

§ 3º Onde estava ao tempo, em que diz, aconteceu o crime?

§ 4º Se conhece as pessoas, que juraram contra elle, e desde que tempo?

§ 5º Se tem algum motivo particular, a que attribua a queixa, ou denuncia?

§ 6º Se tem factos a allegar, ou provas que o justifiquem, ou mostrem sua innocencia?

Art. 99. As respostas do réo serão escriptas pelo Escrivão, rubricadas em todas as folhas pelo Juiz, e assignadas pelo réo, depois de as ler, e emendar, se quizer, e pelo mesmo Juiz. Se o réo não souber escrever, ou não quizer assignar, se lavrará termo com esta declaração, o qual será assignado pelo Juiz, e por duas testemunhas, que devem assistir ao interrogatorio.

Verificando os documentos – os Processos Criminaes e as Ordenações Filipinas – identificamos que os modelos pré-determinados combinados ao interrogatório podem influenciar no contexto, bem como na representação escrita dos atos de fala. Além disso, o grau de instrução dos escribas torna-se um fator relevante na transmissão das informações às devassas.

As funções dos diacríticos e os gramáticos

Fernão de Oliveira, na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, já mencionaria a função dos acentos, ainda que não fazendo referência ao sinal gráfico, mas à força com que as “dições” são pronunciadas.

Acêto quer dizer principal voz, ou tom dadição o ql acaba de dar sua forma e melodia as dições de qualquer lingua/ digo as dições somête porque a linguaem ainda no ajuntamento das dições no estilo e no modo de proceder tem suas particularidades ou propriedades: como a seu tẽpo em outra obra mayor q desta materea espero de fazer direi. (OLIVEIRA, 1536, p. 33)

O capítulo XXIX menciona a tonicidade e a função da altura da vogal, bem como as “dições acabadas em til”, quando cita:

Eas dições acabadas em til. tem o acento na ultima como escrivão. çidadão. çidadã. aldeão. aldeã. tirãdo rabão. orfão orgão. [...] e farão nome de lugar. E zimbão cousa de frades verdade e q estes todos tẽ a premeira ou penúltima grãde mas frangão tem vogal peqna nessa premeira silaba nem por isso deixa de entrar nesta eiçeiçam por que não tem tam pouco o acento na ultima. Tambe, as dições acabadas nesta terminação: em não tem muitas vezes o acento na vltima como linhajem. mensajem, mas vintém porẽ, tõbẽ, ninguem, alguem, arreuem almazem. desdem e outras tem o acento na vltima como diz a regra e alghũas pessoas dos verbos como dissemos tambẽ se não comprende nesta regra: como amãõ/ amauãõ e amarãõ/pretérito. (OLIVEIRA, 1536, p. 35)

No mesmo século, Duarte Nunes do Leão, na *Orthographia da lingoa portvguesa*, capítulo “Dos acentos, e qvando os deuemos usar na scriptura”, afirma o seguinte:

Como as palavras constão de vozes, naturalmẽte as não podemos pronunciar, senão com differença de acentos. S. hũus altos, & predominantes, & outros graues & baxos. E accento chamamos, o tom que damos a cada syllaba, que em cada hũa dição leuantamaos, ou abaxamos. E o predominãte, de que tractamos, não he mais que hum em cada syllaba. E tirada aquella syllaba, em q sta o accêto predominante, as mais teem accentro graue, que propriamente não he acentos são tres S. agudo, graue, circumflexo. Agudo he, o que leuãta mais a voz, & tẽe esta figura, á. O graue he o q abaxa & assi, à. Circumflexo he o que participa de ambos, & assi tẽe a figura, â. E porque muitas dições se parecem com outras, por terem as mesmas letras, & todauia por serem diferentes na significação, teem differença no accento, releua vsar destes accentos, para demõstração da differença. Dos quaes nas dições, que não teem outras semelhantes, não deuemos usar. Porq não seruirão de mais, que de causar confusão aa gẽte vulgar, & fazer cair em erro, os que os quiserem imitar [...]. (LEÃO, 1576, p. 66)

Não deixamos de averiguar a função do til na *Orthographia*, que traz a seguinte definição:

Til não he letra, mas hũa linha & abbreuiatura, que se põe sobre as dições, com que suprimos muitas letras. Dõde veo chamarse til, que quer dizer titulo, como se vee nesta palavra, misericórdia, que abbreuiando a com o til, escusamos todas estas letras. [...] Mas o mais frequente vso desta abbreuiatura, he servir de .m .n. A qual sendo a todas nações, que dela vsão, voluntaria, a nos he necessária, quando com ella suprimos o. m. com que formamos algũus dipthõgos. (LEÃO, 1576, p. 14)

Com o lançamento das primeiras obras sobre ortografia portuguesa, Fernão Oliveira traz à tona a constituição de uma normativa para as formas de escrita e, acima de tudo, o enaltecimento à língua portuguesa. Tais obras foram publicadas no período humanístico e a característica principal da obra de Oliveira foi a de descrever seu uso. A partir das anotações e observações realizadas pelo autor, podemos traçar parâmetros de

aplicação dos acentos, bem como as situações em que deveriam ser utilizados, como traz Leão. Dois séculos depois, encontramos em Verney parecer semelhante sobre o uso do til, no entanto, diferentemente deste, Feijó traça outro ponto de vista.

Madureira Feijó, autor da *Orthografia, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portuguesa*, no capítulo “De outras letras, que suppre o til”, apresenta as funções do acento:

Advirtase porem, que o til, ainda que póde suprir o M antes de outras consoantes, não tem esse uso, porque ninguém costuma escrever Contêplar, Contêporisar, mas Contem-plar, Contemporisar. Advirtase mais, que o til nunca supre o M, que fere alguma vogal seguinte v.g. Roma, não se pode escrever Rõa, Manoel não se pode escreve ãnoel E daqui se segue hum argumento sem resposta, que nestas palavras Humas, Alguma, o M não fere a vogal seguinte; porque se a ferira, não se pudera escrever Hũa, Algũa. Como escrevem homens doutíssimos. (FEIJÓ, 1734, p. 115,129)

As concepções desses autores sobre a utilização dos diacríticos e suas definições sobre os aspectos fonéticos e gráficos da língua portuguesa no século XVI foram mantidas pelas práticas adotadas em manuais de escrita e de métodos que visavam ao ensino das primeiras letras, perdurando nos séculos seguintes e, conseqüentemente, sendo fontes de influência para os escribas que elaboraram os documentos no século XVII. Verney, em seu *Verdadeiro Método de Estudar*, menciona que “os acentos tiram a confuzam à pronuncia” e complementa:

Nam digo, que escrupolozamente pratiquemos as trez sortes de acentos: pois nem os mesmos Romanos se-serviam muito do circumflexo, que com o tempo perderam. Basta usar do-agudo, que se-escreve assim (´) para bater mais as silabas: do-grave neste modo (`) para as partículas, que se-tocam menos: em algum cazo quem quisesse podia pôr o circumflexo sobre o i, para dar lugar ao ponto desima. Isso é o que basta. (VERNEY, 1746, p. 35)

Sobre o til, Verney (1746, p. 26) sustenta:

O certo é, que este risco faz, que eu pronuncie um n demais, que as letras que ali vejo: onde, chamem-lhe como quiserem, é um verdadeiro n. Dizer, que a terminasam am, é diferente na pronuncia, de aõ, é outro engano: pois em qualquer disam Portugueza, que se-ache a terminasam am, todos a-pronunciam como aõ: e Portuguezes mui doutos servem-se indiferentemente de ambas: e cuido que com muita razam [...].

Esse trecho, especificamente, traz uma abordagem voltada à pronúncia, ou seja, aos processos de linguagem específicos da época, aos quais Verney se apoia para defender a existência de uma escrita, pronúncia e adoção de uma abreviatura – o risco – para expressar a consoante nasal suprimida do processo de escrita.

A partir dessas análises, inferimos que, embora os diacríticos agudo e circumflexo tenham sido utilizados em <hua>, sua função principal seria o apontamento da nasalidade, se aposto sobre a vogal tônica. Quanto a esse vocábulo, especificamente, Madureira Feijó faz referência às suas diferentes grafias, que nos remete a mais de uma forma de representação.

165 Entre pessoas sabias, e doutas se altercou a duvida, se esta palavra Huma, se havia de pronunciar ferindo com o M o A, deste modo Hu-ma, ou unindo o M ao Hu, e separando

o A; deste modo Hum-a. E como a duvida passasse a teima, fui consultado para a decisão, e respondi: que por uso se pronunciava do primeiro modo; mas que pelo rigor da arte, se devia pronunciar do segundo por duas razões: a primeira he, porque a palavra Huma coõemse de Hum acrescentado a partícula A; assim como Boma, na opinião dos que a pronunciaçãõ com M, compõem-se de Bom, acrescentando a partícula A para o gênero feminino. E se ninguém pronunciaria Bo-ma ferindo com o M o A, tambem não devemos pronunciar Hu-ma ferindo do mesmo modo. O mesmo se ve na palavra alguma Hu-ma ferindo do mesmo modo. O mesmo se ve na palavra Alguma derivada de Algum, que melhor se pronuncia Algum-a, do que Algu-ma. (FEIJÓ, 1734, p. 84)

Partindo do ponto de vista de Madureira Feijó, o /u/ é a vogal tônica e, por esse motivo, sua pronúncia deveria ser <Hum-a>, ou melhor, <hũ-a>. Partindo desse conceito e da utilização do circunflexo sobre /u/, chegamos à outra argumentação, também defendida por Madureira, quanto à aplicabilidade do circunflexo. Para o ortógrafo, o circunflexo:

[...] he aquelle, com que parte se levanta, e parte se abaixa a voz na pronunciaçãõ de alguma sillaba; de tal forte que não se levanta tanto o tom, que a vogal sõe como agudo; nem se abaixa tanto, que sõe como gave; mas fica em hum semitom, ou meyo tom. O sinal deste acento são duas risquinhas fechadas em cima, e abertas em baixo sobre a vogal, as quaes se formão do acento agudo, e grave, deste modo: â, ê, î, ô, û. V.g. nestas palavras Mancêbo, Senhõra, Romãno &c. porque não dizemos Mancêbo fazendo soar o E com tom agudo: nem dizemos Mancêbo, deprimindo totalmente o tom do E, como se fora breve; mas dizemos Mancêbo com meyo tom. E assim nas mais. (FEIJÓ, 1734, p. 14)

A definição sobre o uso do circunflexo também aponta para o uso do agudo e sua função, mas não definem a aplicação do circunflexo em <huâ>, pois o diacrítico foi apostado sobre a vogal postônica. Para Feijó (1734, p. 48), a “Orthografia é entendida como a arte de escrever rectamente, à semelhança da gramática, justificando-se assim o título de Orthographia ou arte de escrever e pronuncia com acerto a lingua portugueza”, implicando assim na aceitação de algumas normas e rejeição de outras formas de escrita adotadas.

Bacellar aborda em sua *Grammatica philosophica* a entonação de cada sílaba associando-as ao tempo de pronúncia, dividindo-as em breves e longas, definindo o acento da seguinte forma:

Os Accentos dos Agentes, Nominativos &c. he hum“a especie de canto (a); pois algumas as vezes constão aquelles de articulaçãõ, tempo, aspiraçãõ, e paixao (b). Ainda que só se trate da vogal breve ` e da longa circunflexa ^, e da longuissima, ou aguda´; he esta a materia que affugenta os grammaticos, principalmente sobre as medias, por terem hum“as regras, cujas excepçoens, são muitas vezes quasi iguaes aos exemplos. (BACELLAR, 1783, p. 36-37)

Jeronymo Soares Barbosa, autor do *Principios da gramática geral applicados á nossa linguagem*, dedica um capítulo específico para mencionar as formas e usos da boa escrita e pronúnciação: a Orthoepia. Ele separa em vozes portuguesas os sons orais e nasais, dentre os quais são considerados sons nasais claros aqueles representados pelo diacrítico til, apostado sobre a vogal, ou <n> ou <m> posteriores às vogais. Quando da existência de ditongos nasais, explicita que os sons nasais advêm das vogais pré-nasais, como em <ama>, <galinha> ou <pena>, em que vemos:

Sobre o que cumpre advertir que ninguém se engane com a nossa Orthografia vulgar, que pôde muito facilmente induzir em erro, quando escreve os Diphtongos Nasaes umas vezes com a Prepositiva só sem a sua Subjunctiva, como Pam, Bem, em lugar de Pão, Bêe; e outras com ambas as vozes sim, mas com a modificação Nasal fora do seu lugar, como em Mains, Maons, Sermoens, Bens, Ruins. Porque a nasalidade, marcada por nós como Til por cima da vogal, cahindo sempre nos nossos Diphtongos Nasaes sobre a prepositiva dos mesmos; a Orthografia vulgar a vem a pôr no fim das duas vozes, fora do seu lógar, figurando-a com N, que tambem tem este valor, quando não é seguidoo de vogal. Este N, em lugar de Til, teria o seu lugar próprio imediatamente depois da prepositiva, se em vez de escrever Mains, Maons, Sermoens, Beens, Ruins. Mas esa escriptura tinha o inconveniente de fazer do N, signal de nasalidade, um N consoante pela vogal que se lhe segue como fazem os Hespanhoes. Para evitar pois este absurdo, cahio no outro de pôr o signal nasal fora do seu lugar. Porêm quem escrever os Diphtongos Nasaes constantemente com o Til por cima da propositiva, evitará um e outro desacerto. (BARBOSA, 1862, p. 14)

A qualidade e a tonicidade das sílabas são as fontes para o uso do agudo e do circunflexo. Sobre a função dos diacríticos agudo e circunflexo, o gramático menciona:

O Accento grave pelo contrario é aquelle, com que depois de levantar o tom da voz, o abaixamos em uma, ou mais Syllabas, pronunciando-as com menos força e intensidade. O seu signal era a mesma linha vertical, porêm com direção contraria á da aguda deste modo (`) [...]. Destes dois Accentos é composto o Accento Circunflexo, que é aquelle, com que sobre a mesma Syllaba em diferentes temos levantamos, e abaixamos sucessivamente o tom da voz. A sua figura é igualmente composta das duas linhas verticaes, que servem de nota ao Agudo e Grave, unidas em cima e abertas em baixo em fórmula de angulo agudo deste modo (^). (BARBOSA, 1862. p. 31)

Os gramáticos e ortógrafos do século XVI representam em suas obras o reflexo do período humanístico, fase em que a literatura, a cultura e o saber estavam atrelados à classe dominante, composta de poucos letrados. A importância com a língua e a necessidade de elevação do português pelos primeiros gramáticos, demonstra a tentativa de fixar a ortografia e perpetuá-la com o bom uso.

O uso e a forma são as propostas apresentadas nas gramáticas e ortografias do século XVIII e, por meio de perspectivas fonéticas, ocorrem as tentativas de restabelecimento de similaridade entre fala e escrita.

Por fim, na fronteira dos séculos XVIII e XIX trazemos a obra de Soares Barbosa, que sintetizou em sua gramática filosófica o pensamento racionalista, marcando o final do século das Luzes. Sua gramática representa um sistema lógico e analítico, mas que traz os mesmos anseios dos autores do século XVIII: a preocupação com a fala e a sua reprodução escrita, marcando mais uma fase do período pseudoetimológico e a preocupação com a grafia.

Os dados: uma breve análise

Com base nas grafias apresentadas nos documentos e seguindo a periodização proposta por Coutinho (2005, p. 77), os processos enquadram-se no período pseudoetimológico. A escrita de <hua> com [h] inicial faz clara referência a esse período, em que

as grafias traziam consoantes duplicadas, sem valor fonético. O objetivo era o de remeter à etimologia das palavras e outros exemplos validam essa classificação, dentre eles: <elle>, <delle>, <assignou>, <huma>.

Os processos possuem quatro escritas diferentes, presentes em dois séculos distintos e com usos diferenciados dos sinais diacríticos, embora tivessem a mesma função.

Atualmente, os sinais de acentuação são utilizados para definir a tonicidade silábica com funções determinadas, por exemplo, o til sobre vogais é empregado para demonstrar a nasalidade em final de sílaba.

Os acentos agudo e circunflexo são utilizados para identificar a tonicidade e a qualidade das vogais orais e nasais, como em sábado, síntese, pêssego e cânfora. No entanto, os documentos apresentam-nos os seguintes aspectos:

- a) O til já era um diacrítico usual. Como afirma Teyssier (2007, p. 29), “o til (~) sinal de abreviação, serve frequentemente para indicar a nasalidade das vogais, que pode vir também representada por uma consoante nasal”. No entanto, os diacríticos que foram utilizados para representar nasalidade possuíam traçados diversificados, ora semelhante ao circunflexo, ora semelhante ao agudo. Encontrado em todos os documentos, identificamos a diferença de traçado em comparação aos vocábulos, atribuindo essa variação à alografia do traçado.
- b) No lugar do til, encontramos o agudo como marca de nasalidade na pós-tônica [a] em <huá> e na tônica [u] em <húa>.
- c) O circunflexo, ou uma alografia do til, como segunda hipótese, foi encontrado apenas no documento do século XVII em <huâ> e <irmâ>. Ambos assinalados com o diacrítico na vogal baixa, em final de sílaba.

Como traçar diferenças entre os diacríticos empregados nos vocábulos? Considerando o caráter fonético e histórico dos sintagmas, realizamos algumas análises.

Os diacríticos apostos sobre [u] em <húa> - /'ua/, bem como sobre [a], em <huá> - /u'a/ e <huâ> - /u'a/, remetem à queda de uma consoante intervocálica marcada com um diacrítico sobre uma das vogais. É possível afirmarmos, ao verificar a evolução dos encontros vocálicos, que, apesar de as grafias não seguirem as evoluções fonéticas, a redução de muitos hiatos em uma só vogal foi de suma importância para traçar as características da escrita, que por muito tempo carregou a duplicidade de vogais. Em muitos vocábulos, essa duplicidade foi mantida para exprimir a tonicidade silábica, como em *estaa* ou *poobre* (TEYSSIER, 2007, p. 53).

Nas frases apresentadas nos quadros 2, 3 e 5, indicamos que o uso do diacrítico remete a uma consoante não representada, nesse caso, a nasal, mas o tipo de diacrítico utilizado para representá-la não é consenso entre os escribas, uma vez que se encontrou diacríticos diferentes do til representando a nasalidade, por vezes, sob o mesmo punho, como ocorreu no documento do início do século XIX, oposição huá/húa - huma. Diante disso, percebemos que o uso de mais de uma variante era comum às épocas analisadas.

No decorrer dos séculos XV e XVI, as situações em que ocorrem hiato deixaram de existir e esses encontros receberam uma consoante como ã<uma. Então, em análise

ao *corpus*, detectamos que os diacríticos, em diferentes casos, representam a nasalidade exprimida pela consoante /m/, suprimida nos vocábulos <hua>, mas presente em <huma>, fonemicamente representada como /'ũma/. Mattos e Silva afirma que

[...] na primeira fase do português arcaico é comum a grafia da vogal duplicada, marcada a nasalidade por til (por dois sinais de til ou um, alongado, que recobre as duas vogais: lãã ou lãa; bõõ, bõo; tẽẽr, tẽer; algũũ, algũu; vĩĩr; vĩr (lat. lana, bonu, tenere, alicunu, venire). Também ocorre a grafia com o diacrítico < ' > em cada vogal (láá, bóó, etc.) que se costuma interpretar como indicador de hiato. (MATTOS E SILVA, 2006, p. 70)

Sobre o assunto, especificamente sobre os casos apresentados, Teyssier declara:

Permanecerão ainda na língua algumas sequencias de vogais em hiato que serão eliminadas posteriormente: ùa (escrito em geral hũa), feminino de um, passará a uma, forma que se generaliza nas grafias do século XVIII [...]. Acrescente-se, por fim, que alguns encontros vocálicos sobrevivem na língua contemporânea; ex.: lua (<lũa [...]). (TEYSSIER, 2007, p. 54)

No entanto, essas construções eram realizadas com o til e nos documentos encontramos outros diacríticos, cujas aplicações nas gramáticas e ortografias consultadas foram identificadas. O vocábulo hũa <ũa> possuía nasal entre vogais e essa construção manteve-se no século XVII. Diante disso, o til apostado sobre a tônica representava a nasalidade da consoante /n/. Nobiling (1978, p 97, 99) aponta situações como essa na literatura fonética, dentre elas, a queda das consoantes intervocálicas e o uso de um diacrítico para representar a nasalidade.

Como tratamos de vogais tônicas, outros diacríticos foram utilizados para expressar essa tonicidade, dentre eles, o agudo e o circunflexo, apostos sobre a tônica ou na postônica, como em <huá> e <huâ>. O uso desses sinais remete ao alçamento promovido pelo encontro vocálico /ua/, marcando a tonicidade da vogal baixa final, diferentemente do que ocorre em <escrivãõ>, cujo diacrítico é apostado sobre a semivogal [o], que termina em uma vogal, cujo som é mais fechado. Nobiling (1978, p. 91) já o havia analisado e concluiu que “as ressonâncias fricativas são tanto mais nítidas quanto mais distante estiver seu ponto de articulação do da vogal que as antecede”.

De forma geral, o acento agudo e o circunflexo foram utilizados para delimitar uma assimilação: a da consoante nasal. Esse entendimento se dá pelas variações de uso encontradas em um mesmo documento. Além disso, após comparação dos traçados, o acento agudo diferenciava-se significativamente do til, principalmente em relação ao documento de 1833, que apresenta grafias com os dois tipos de acento – til e agudo.

Finalmente uma característica muito clara em todo o *corpus* é o emprego do til apenas para sinalização de vogais nasais, pois esse diacrítico não foi localizado para representar a tonicidade em sílabas orais. Já o uso de agudo e circunflexo para representação nasal foi encontrado. Esses achados validam o uso do til como uma forma de abreviar e representar a assimilação consonantal.

Considerações finais

De Fernão de Oliveira a Barbosa Soares, os preceitos fonéticos e prosódicos foram utilizados para definição da aplicação e uso de todos os diacríticos. As características apresentadas pelas obras citadas refletem os movimentos sociais e políticos de suas épocas e a forma como o conhecimento e a língua eram abordadas em uma sociedade de poucos letrados, em que a tradição fonética fundia-se à tradição latina.

Embora o til não tenha sido utilizado nos vocábulos escolhidos, passou a ser usado como abreviatura a partir do século XVIII, representando a nasalidade ao substituir as consoantes /m/ e /n/, presentes nos lastros etimológicos dos vocábulos, como em lâ<lã<laná, mão<mano ou hũu<ũu<um.

Persistentes até o século XIX, os vestígios da supressão de encontros vocálicos e da queda das consoantes intervocálicas mantiveram-se na escrita, sendo os termos analisados parte dessa herança.

Embora o contexto documental seja o mesmo e, em alguns casos, o uso de termos seja repetitivo, pois estes são fórmulas que finalizam os depoimentos das testemunhas, o uso de palavras escritas de forma variada apresenta as diferenças no emprego dos acentos gráficos. A autoria distinta e o uso diferenciado dos escritos remete, ao fim, à mesma função: o apontamento da tonicidade.

Com a breve análise dos exemplos, identificamos que os diacríticos eram empregados com o objetivo de identificar a sílaba tônica, independente da natureza das vogais. Nasais ou orais, elas recebiam o diacrítico, de acordo com a compreensão que o escriba fazia do contexto auditivo ou de seu conhecimento. Nesse ínterim, remetemos à preocupação com a pronúncia, mencionada por Soares Barbosa e ao conseqüente reflexo dessas práticas na escrita, análise que será realizada em trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R. *Ordenações do Reino*. Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

BACELLAR, B. L. M. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Lisboa, 1783. p. 11-13.

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou princípios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. 3. ed. Lisboa: Tipografia da academia, 1862. 347 p.

COUTINHO, I. L. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2005. 355 p.

FEIJÓ, J. M. M. *Orthografia, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa, 1734. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/aut/PT/31910.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

LEAO, D. N do. *Orthographia da lingoa portuguesa obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem*. Lisboa, 1576. Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/aut/PT/47390.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Humanitas; Paulistana, 2007. 334 p.

MATTOS e SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006. 202 p.

NOBILLING, O. As vogais nasais em português I. *Revista de Estudos Semânticos*. Coleção Littera. Org. Marques, Maria Helena Duarte. Rio de Janeiro: Grifo, 1978. p. 80-109.

OLIVEIRA, F. *Grammatica da lingoagem Portuguesa*. Lisboa, 1536. p. 55-60.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 1. ed. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1881. p. 2-40 e 215-180.

SCHWARTZ, S. B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: 1606-1751*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. 420 p.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 142 p.

VERNEY, L. A. *Verdadeiro método de estudar para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*. Exposto em varias cartas, escritas poloto R. P. ***Barbadinho da Congregasam de Italia, ao R. P.*** Doutor na Universidade de Coimbra. Valensa: Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <<http://purl.pt/118>>. Acesso em 11.06.2014>. Acesso em: 01 dez. 2011.